

Senadores querem mais obras no PAC

Senadores cobraram dos ministros Dilma Rousseff, Guido Mantega e Paulo Bernardo maiores investimentos em infra-estrutura e um teto para a carga tributária, além de expressar preocupação com o fornecimento de energia nos próximos anos. Mantega disse que o país poderá crescer 4,5% ou 5% em 2007. Paulo Bernardo sinalizou para uma melhora no ambiente de negócios, e Dilma informou que o governo vai disponibilizar na internet relatório mensal sobre o andamento das obras do PAC. **Páginas 4 e 5**



O Programa de Aceleração do Crescimento foi debatido pelos senadores por mais de quatro horas



Na mesa dos trabalhos, Marconi Perillo (E), Dilma, Aloizio Mercadante, Mantega e Paulo Bernardo

Renan anuncia operação integrada para combater o crime em Alagoas

Presidente do Senado confirma ajuda da Polícia Federal ao estado e defende mais recursos para segurança pública. **Página 3**

Comissão sugere conferência Rio+20

Evento ocorreria em 2012, nos moldes da Rio-92, conforme propõe comissão mista. **Página 7**

Educação discute projeto sobre estágio

Limite máximo de horas trabalhadas e duração do estágio são debatidos na comissão. **Página 2**



Homenagem aos 25 anos do programa na Antártica

O Senado comemorou ontem os 25 anos do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), que realiza pesquisas científicas no pólo Sul. **Página 8**

Renan (E), Júlio Soares, José Eduardo, Carlos Henrique e Hélio Costa abrem exposição



Limite das horas trabalhadas por dia e duração da prática foram pontos discutidos na Comissão de Educação, que estuda novas regras para o recrutamento de estudantes

Especialista diz que lei pode garantir 3 milhões de estágios

A possibilidade de oferta de até 3 milhões de estágios aos jovens brasileiros foi debatida ontem durante audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE), com a presença de especialistas e de representantes do governo. A audiência – solicitada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) – foi convocada para a discussão do Projeto de Lei 473/03, do senador Osmar Dias (PDT-PR), que atualiza a legislação do setor.

A meta de 3 milhões de estágios foi definida pelo diretor-presidente da Associação Brasileira de Estágios (Abres), Carlos Henrique Mencaci, que recordou a existência, em todo o país, de aproximadamente 3,8 milhões de jovens desocupados.

– Se tivermos uma lei clara, poderemos ter mais empresas corajosas dispostas a conceder estágios sem medo de serem autuadas – previu Mencaci.

Entre as questões polêmicas da regulamentação dos estágios estão o limite máximo de horas trabalhadas por dia e a própria duração do estágio. A Abres defende um período de até oito horas diárias, como forma de estimular as empresas a abrirem novas vagas de estagiários. A duração máxima do estágio, por outro lado, preocupa o diretor de qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, Antônio Almerico Biondi Lima.

– Nossos auditores têm visto



Paulo de Souza (D), Zambiasi, José Pastore e Carlos Mencaci na audiência pública

casos de estágios que duram até três anos – relatou.

O desemprego de jovens nas regiões metropolitanas do país já alcança 45%, segundo números apresentados pelo economista José Pastore, consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para ele, o estágio pode ser considerado a mais eficiente das “medidas compensatórias” em relação à juventude. Por sua vez, a necessidade de se caracterizar claramente na lei o estágio como “ato educativo” foi defendida na reunião por Ivone Maira Elias Moreyra, diretora do projeto Escola de Fábrica, do Ministério da Educação.

Contratação

A eficiência do estágio como meio de inclusão dos jovens no mercado de trabalho foi o principal ponto ressaltado na exposição do presidente do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Paulo Nathanael Pereira de Souza.

Segundo ele, de 6 milhões de jovens beneficiados por estágios nos últimos anos, 4 milhões foram contratados pelas empresas ao final de seus cursos.

Ao comentar as opiniões manifestadas durante o debate, o senador Marco Maciel (PFL-PE), relator da matéria, disse que o projeto é “complexo” e exigirá uma análise detalhada. Para o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), o momento é adequado para uma discussão mais profunda do tema, uma vez que, a seu ver, “a regra atual é a precarização do estágio”. Também se pronunciaram por mais oportunidades de estágio para os jovens Raimundo Colombo (PFL-SC), Marisa Serrano (PSDB-MS), Paulo Duque (PMDB-RJ), Romeu Tuma (PFL-SP) e Mão Santa (PMDB-PI).

A reunião foi presidida pelos senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Flávio Arns (PT-PR).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Em pauta, promoção de juiz

A pauta de votações do Plenário, cuja sessão deliberativa começa às 14h, tem como um de seus itens a proposta de emenda à Constituição (PEC 37/04) que torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que ocupar por duas vezes o cargo indicado pelo tribunal competente.



Mudanças climáticas em foco

Reunião da Subcomissão de Acompanhamento do Regime Internacional de Mudanças Climáticas, da Comissão de Relações Exteriores (CRE), irá debater, às 10h, as pers-

pectivas da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto e o papel do Brasil. A reunião tem como convidado o cientista e ex-ministro da Educação José Goldemberg.

Salário-família para empregado doméstico

Às 9h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se para examinar nove projetos. Entre eles, está o que trata do direito do empregado

doméstico ao salário-família. Também deverá ser votado projeto que altera o período de pagamento do adiantamento do 13º salário.

Produção e exportação do álcool etanol

A Comissão de Agricultura (CRA) reúne-se às 11h e analisa, entre outras proposições, requerimento de audiência pública para debater a produção e a exportação do álcool

etanol. Podem ser convidados os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luís Carlos Guedes Pinto, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Projeto altera Código de Mineração

Com reunião marcada para as 9h, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) deve votar projeto que altera o Código de Mineração (Decreto-Lei 227/67), para permitir que, a

critério do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), seja autorizado o desmembramento de concessões de lavra ou licença de exploração de minerais.

Ampliação da TV Senado

Às 12h, a TV Senado realiza solenidade de inauguração da transmissão em canal aberto para mais três capitais: João Pessoa, Manaus e Recife.

Comissão de Justiça

O primeiro item da pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que se reúne às 10h, é a proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Combate à Violência.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, César Borges e Mão Santa

Virgílio pede ajuda da União contra seqüestro em Alagoas

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), reforçou ontem, em Plenário, pedido de ajuda da Polícia Federal, feito pelo governador de Alagoas ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para enfrentar a situação que vive o estado, onde cerca de três dezenas de pessoas foram seqüestradas recentemente.

Arthur Virgílio manifestou o apoio da bancada do PSDB no Senado ao governador Teotonio Vilela Filho e insistiu com o ministro da Justiça para que seja “enérgico e expedito na busca da solução”.

O senador informou que há suspeitas de que os seqüestros sejam uma tentativa de desestabilizar politicamente o governador, que estaria enxugando despesas, “tentando consertar as finanças combatidas do estado e moralizando o governo, o que vem



Virgílio suspeita de que seqüestros tenham conotação política

ferindo interesses”, segundo o parlamentar.

– Esses interesses todos podem estar num conluio – disse Arthur Virgílio, insistindo com o governo federal para que apoie o governador, “que enfrenta todos os interesses antigos, arcaicos e esclerosados, para fazer o melhor pelo povo”.

Magno Malta: violência prejudica o crescimento do turismo no país

Ao comentar a realização de um congresso da Confederação Nacional do Turismo (CNTur), Magno Malta (PR-ES) afirmou ontem que a violência prejudica o crescimento do setor turístico brasileiro. “Estamos nas manchetes, na imprensa do mundo inteiro, como um país violento. São pessoas morrendo de bala perdida, seqüestros, assaltos”, disse.

O senador observou que o turismo poderia gerar mais emprego e renda no país se a violência não fosse tão presente. Ele lembrou ter apresentado projeto em 2003 para criar uma Comissão de Segurança Pública no Senado.

– O PAC é muito importante. Mas o povo na rua não quer saber de PAC. O povo quer saber de segurança pública – opinou.

Malta comunicou o envio de ofício ao presidente do Senado,



Malta diz que setor poderia gerar mais emprego se não fosse a criminalidade

Renan Calheiros, sugerindo a criação de uma comissão composta por representantes dos três Poderes para tratar da violência.

O parlamentar disse temer as notícias de que a Polícia Federal pode entrar em greve. Em aparte, ele recebeu apoio de Expedito Júnior (PR-RO).

MP que libera verba para prevenir gripe aviária tranca ordem do dia

A pauta da sessão deliberativa de hoje do Senado Federal inclui 17 matérias, entre elas seis medidas provisórias (MPs) e três propostas de emenda à Constituição (PECs).

Uma das medidas provisórias, a 333/06, que abre crédito extraordinário a vários ministérios e à Presidência da República, está trancando a

pauta de votação. O Plenário terá que deliberar sobre ela antes de apreciar as demais proposições.

A MP destina em créditos o total de R\$ 690,9 milhões. A maior parte dos recursos, R\$ 231,2 milhões, é para o Ministério da Saúde promover prevenção e combate à pandemia de influenza (gripe aviária).

Presidentes de comissões devem selecionar propostas que simplifiquem burocracia para investidores e garantam aumento de competitividade das empresas e mais segurança

Renan: Senado definirá pauta de projetos essenciais para o Brasil

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que promoverá, nos próximos dias, reuniões com todos os presidentes de comissões permanentes para definir uma pauta de votações que atenda efetivamente às necessidades do país. O anúncio foi feito ontem, ao abrir audiência pública destinada a discutir com os ministros da Casa Civil, Dilma Rousseff, da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– Será uma agenda alinhada com os reais interesses da sociedade e voltada, sem dúvida nenhuma, para o desafio do crescimento de capacidades. Essa pauta que o Senado apresentará ao Brasil será o resultado do talento de todos

os senadores e senadoras aqui presentes, independentemente de cor partidária.

Renan já pediu aos presidentes de comissões permanentes que selecionem, entre os projetos de lei sujeitos ao exame de cada colegiado, as propostas que traduzam urgentes e reais interesses do país, no tocante à simplificação de entraves burocráticos para quem deseja investir, ao aumento da competitividade das empresas, à redução do ambiente de insegurança do cidadão e ao estímulo à criação de empregos.

Na mesma reunião de debate do PAC, Renan afirmou que o Senado está cumprindo a exigência constitucional de instalar, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), uma subcomissão de avaliação do

sistema tributário nacional. Esse colegiado terá a incumbência de acompanhar a administração tributária da União, dos estados e dos municípios, de acordo com o presidente do Senado, “indicando, colaborando e propondo soluções para todos os gargalos que ainda oneram a produção no nosso país”.

Renan Calheiros destacou ainda que a presença dos ministros para um debate sobre o PAC, promovido em conjunto pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura, demonstra a seriedade com que o desenvolvimento brasileiro tem sido tratado no Senado.

▶ **Leia mais sobre o PAC nas páginas 4 e 5**

Senador defende “mão firme” no combate ao crime

Renan Calheiros defendeu ontem o uso de “mão firme, hoje, agora” para combater a violência. Ele afirmou, em discurso no Plenário, que a criminalidade atingiu “níveis insuportáveis” e manifestou repúdio à onda de crimes que culminou com o seqüestro, no último domingo, do presidente da Associação dos Magistrados de Alagoas, juiz Paulo Zacarias da Silva.

– Não podemos mais admitir que a população, de Norte a Sul, viva refém do medo, da angústia, do terror. A luta contra o crime organizado exige o esforço de todos. Governos estaduais e governo federal têm que trabalhar juntos no combate à violência. O Estado não pode, de modo algum, se furtar a agir com mão forte para enfrentar os agentes do crime.

Renan informou que, juntamente com o governador de Alagoas, Teotonio Vilela Filho, e os senadores Fernando Collor (PTB-AL) e João Tenório (PSDB-AL), se reunirá com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para solicitar ajuda federal no caso do seqüestro do juiz Paulo Zacarias. O senador anunciou que conseguiu o compromisso do governo federal de ajudar Alagoas.

– Será uma força conjunta da Polícia Federal, das polícias estaduais, do Ministério Público e



“Não podemos mais admitir que a população viva refém do medo”, diz Renan

do Judiciário, que vão trabalhar unidos para combater a escalada crescente da criminalidade em Alagoas – acrescentou.

O presidente do Senado assinalou que as vítimas da violência querem respostas, decisões, ação e que os discursos de indignação não são mais suficientes. Ele afirmou que são necessários uma legislação mais dura, um Judiciário mais ágil, um sistema penitenciário mais eficaz e mais oportunidades de trabalho e de educação para jovens carentes.

– Mas não se faz segurança pública sem recursos, sem meios. Treinar melhor a polícia, comprar viaturas, armas, investir em inteligência, em estratégia, construir e reformar presídios, reeducar menores infratores, dar um salário digno a agentes penitenciários e

policiais, tudo isso custa dinheiro, muito dinheiro – observou.

Renan disse que o Congresso Nacional tem aprovado várias propostas de atualização e endurecimento da legislação penal e que o governo federal já se comprometeu a não contingenciar as verbas para segurança pública, como fez nos primeiros quatro anos do governo Lula. Ele também defendeu um aporte maior de recursos, conforme proposta de emenda à Constituição de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que tramita no Senado.

Solidarizaram-se com Renan, com o governador Teotonio Vilela Filho e com a família de Paulo Zacarias os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), João Tenório, José Agripino (PFL-RN), Fernando Collor, Romero Jucá (PMDB-RR), Marconi Perillo (PSDB-GO), Demostenes Torres (PFL-GO), Renato Casagrande (PSB-ES), Magno Malta (PR-ES), Adelmir Santana (PFL-DF), Eduardo Suplicy (PT-SP), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), José Sarney (PMDB-AP), Mão Santa (PMDB-PI), Joaquim Roriz (PMDB-DF), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Garibaldi Alves (PMDB-RN), José Nery (PSOL-PA), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

Durante mais de quatro horas, ministros da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil detalham iniciativa e ouvem sugestões para aperfeiçoamento do plano

MPs e projetos que integram o programa

As propostas contidas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que exigem aprovação legislativa incluem nove medidas provisórias (MP), além de mensagens com projetos de lei.

São elas:

- MP 340/06 – Dispõe sobre a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física.

- MP 346/07 – Abre crédito extraordinário de R\$ 452,2 milhões para encargos da liquidação da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e da Companhia de Navegação do São Francisco (Franave).

- MP 347/07 – Autoriza o Tesouro Nacional a conceder crédito de R\$ 5,2 bilhões à Caixa Econômica Federal para financiamento nas áreas de saneamento básico e habitação popular.

- MP 348/07 – Cria o Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura.

- MP 349/07 – Autoriza a transferência de R\$ 5 bilhões do patrimônio líquido do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para um fundo de investimento.

- MP 350/07 – Permite aos mutuários com renda de até seis salários mínimos antecipar a compra da unidade habitacional arrendada.

- MP 351/07 – Concede incentivos fiscais para projetos na área de infra-estrutura.

- MP 352/07 – Cria incentivos às indústrias de equipamentos para a TV digital e de componentes eletrônicos semicondutores.

- MP 353/07 – Dispõe sobre o término do processo de liquidação e extinção da RFFSA.

- Mensagem 41/07 – Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007 para aumentar os investimentos e implementar o crescimento econômico.

- Mensagem 38/07 (PLP 1/07) – Modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- Mensagem 39/07 (PL 7.709/07) – Modifica normas para licitações e contratos.

- Mensagem 40/07 (PL 1/07) – fixa regras para a correção do salário mínimo a partir de 2008. (Com Agência Câmara e Agência Brasil.)



Mercadante, Dilma, Marconi (dirigindo a sessão), Mantega e Bernardo na audiência sobre o Programa de Aceleração do Crescimento

Ministros defendem medidas do PAC em debate com os senadores

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro pelo governo federal, foi debatido ontem por mais de quatro horas no Plenário do Senado, em audiência pública que contou com a presença da ministra Dilma Rousseff, chefe da Casa Civil, e dos ministros Guido Mantega, da Fazenda, e Paulo Bernardo, do Planejamento. Na reunião, promovida pelas comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE), houve manifestações de senadores em defesa de mais investimentos para recuperação da malha rodoviária e de um teto para a carga tributária, e também contra o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em obras de infra-estrutura. Diversos parlamentares expressaram preocupação com a possibilidade

de problemas no setor de energia prejudicarem a execução do plano.

Primeiro a falar, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, assegurou que o país reúne condições para chegar a um crescimento mais vigoroso, que este ano deverá alcançar 4,5% ou 5%. Ele informou que o Executivo já tem pronta uma proposta de reforma tributária, necessária, como frisou, para que o Brasil cresça ao ritmo de 5% ao ano, como está previsto no PAC. O ministro prontificou-se a comparecer ao Senado para debater a matéria.

Execução

Já Dilma Rousseff informou que o governo vai disponibilizar na internet relatório mensal sobre o andamento das obras do programa, para que a população possa acompanhar a execução das me-

das. Ela anunciou investimentos da ordem de R\$ 17,4 bilhões para o setor de biocombustíveis e a ampliação da frota nacional de petroleiros, com a compra de 42 novos navios de transporte marítimo e dois superpetroleiros, entre outras embarcações.

Paulo Bernardo, por sua vez, destacou um conjunto de iniciativas no âmbito do PAC destinadas a garantir maior segurança e previsibilidade dos investimentos, entre as quais a proposta do governo para regulamentar o artigo 23 da Constituição, com definição das competências de cada ente federado na área ambiental.

A audiência pública resultou de requerimentos dos presidentes das comissões de Infra-Estrutura, Marconi Perillo (PSDB-GO), e de Assuntos Econômicos, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Dilma: biocombustível brasileiro supera o europeu

Dilma Rousseff afirmou que o programa de biocombustíveis do Brasil é mais expressivo do que o lançado pela União Européia na tentativa de conter o aquecimento global. A ministra destacou que os projetos de infra-estrutura contidos no PAC têm forte compromisso com a preservação do meio ambiente, e salientou a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu investimentos para a geração de energia eólica, especialmente no Nordeste, e advertiu para os altos custos dos equipamentos. Já José Agripino (PFL-RN) argumentou que a construção do pólo petroquímico no Rio Grande do Norte para explorar gás vindo da Bolívia não

pode se dar em detrimento de uma fábrica de resina de PVC.

Muitos senadores lamentaram que, no PAC, tenham sido deixados de lado investimentos que consideram importantes para seus estados e regiões. Valter Pereira (PMDB-MS) lamentou que o Centro-Oeste tenha recebido poucos recursos do programa, enquanto Delcídio Amaral (PT-MS) pediu a construção, em Mato Grosso do Sul, de uma unidade separadora de gás e de uma fábrica de fertilizantes.

Kátia Abreu (PFL-TO) defendeu a inserção, no programa, da eclusa do Lageado, no rio Tocantins. Lucia Vânia (PSDB-GO) cobrou uma discussão aprofundada da área do Distrito Federal e Entorno, e indagou sobre o

destino da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), também motivo de intervenção de Serys Slhessarenko (PT-MT). Garibaldi Alves (PMDB-RN) lembrou o programa de redução de perdas e uso de água e da construção de canais que beneficiariam Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) chamou a atenção para a votação da Medida Provisória 352, que compõe o Programa de Aceleração do Crescimento. O senador disse que o Pólo Industrial de Manaus pode ser prejudicado se não lhe for assegurada exclusividade para a construção de set-top box, equipamento de recepção do sinal digital.

Bernardo destaca ações fiscais para atrair investidores

Paulo Bernardo afirmou, na audiência, que melhorar o ambiente de negócios é fundamental para viabilizar o Programa de Aceleração do Crescimento. Para que os investimentos privados vingam, frisou o ministro, é preciso haver perspectiva de estabilidade e previsibilidade nas regras que interferem sobre os negócios, requisito para que o país possa elevar a taxa bruta de formação de capital fixo para 25% do produto interno bruto (PIB), indicador hoje situado ao redor de 20%.

O ministro destacou as medidas fiscais voltadas para a melhoria do perfil das contas públicas, incluindo essas ações no rol das condições visando aprimorar o ambiente para os investimentos – uma vez que a situação fiscal interfere na inflação e, em consequência, na política de juros.

De acordo com Bernardo, as propostas que fixam regras sobre o aumento do salário mínimo e o reajuste dos salários dos servidores vão na direção do controle dos gastos. O projeto relativo ao salário mínimo prevê correção com base no PIB de dois anos antes, mais a inflação. Já para os salários dos servidores, a proposta em exame prevê a concessão do índice da inflação (IPCA), além de um ganho real de até 1,5%.

Defesa econômica

O ministro mencionou a proposta para reestruturação do sistema de defesa econômica como outra medida que precisa ser aprovada, com vistas a melhorar a competitividade entre as empresas. Ele citou projetos anteriores ao PAC já transformados em lei, como o que abriu o mercado de resseguros do país a empresas estrangeiras, bem como proposições em tramitação, entre elas a que cria o marco regulatório para o setor de saneamento, já aprovada no Senado.

– Estamos ainda fazendo grande esforço para melhorar a gestão da Previdência Social e vedar imediatamente ralos detectados – acrescentou. O ministro disse ter expectativa muito favorável sobre os trabalhos do comitê criado para fazer um diagnóstico e solucionar o déficit do setor.

Bernardo ressaltou como favorável à redução de custos na esfera pública o projeto que altera a Lei de Licitações, com abertura de espaço para uso do pregão nas compras de uso comum.

Ministro da Fazenda ressalta medidas para facilitar investimentos no país, mas senadores alertam para a existência de gargalos à implementação do PAC

Senadores temem aumento das importações

O impacto da política monetária sobre medidas de aceleração do crescimento foi uma das preocupações dos senadores durante a audiência realizada ontem com os ministros Guido Mantega, da Fazenda, Paulo Bernardo, do Planejamento, e Dilma Rousseff, da Casa Civil.

Para Marcelo Crivella (PRB-RJ), o real valorizado fará explodir a importação. Ele considerou desanimadora a previsão de que a taxa Selic chegue aos 10% somente em 2010. Preocupação com o câmbio também foi manifestada pelo senador José Agripino (PFL-RN).

Já o senador Fernando Collor (PTB-AL) lembrou que, apesar de o governo estar alicerçado em reservas de US\$ 100 bilhões e ser respeitado pelos mercados, não se sabe o que poderá ocorrer se o superávit de 4,25% do produto interno bruto não for alcançado.

Valdir Raupp (PMDB-RO) demonstrou preocupação com a possível reindexação do salário mínimo e dos salários do funcionalismo público, além de cobrar medidas para cortar gastos correntes.

Ministros ouvem cobranças de recursos para estados

Os senadores cobraram dos ministros mais verbas para seus estados e para setores como saúde e educação. Cícero Lucena (PSDB-PB) lamentou a ausência de investimentos em ferrovias, portos e aeroportos. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) citou o baixo investimento para duplicação de estradas em Minas Gerais.

Tião Viana (PT-AC) pediu a realização de um PAC também da saúde, e Marisa Serrano (PSDB-MS) criticou o fato de o PAC da educação prever gastos de R\$ 8 bilhões contra R\$ 504 bilhões do PAC da infra-estrutura.

Os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestaram preocupação com a proposta de transposição do rio São Francisco. Enquanto Valadares questionou se a proposta seria arquivada, Suplicy defendeu mais debates sobre a transposição.

Renato Casagrande (PSB-ES) cobrou dos ministros a adoção de um teto para a carga tributária brasileira.

País adotará nota fiscal eletrônica e escrituração digital, diz Mantega

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, informou que está em curso a implementação de um sistema público de escrituração digital, com cadastros unificados entre os governos estaduais, o que aperfeiçoará o sistema tributário nacional e gerará desburocratização. Ele frisou que esse é o primeiro passo para uma nova reforma tributária. O anúncio foi feito durante audiência pública, ontem, no Plenário do Senado.

– O objetivo é generalizar a proposta para todo o sistema econômico. Será mais fácil para as empresas emitirem nota. O sistema tributário atual não ajuda a produção e o investimento; o empresário se vê em meio a um emaranhado de tributos. É preciso simplificar – afirmou.

O ministro explicou que a reforma tributária é um dos movimentos

necessários para que o produto interno bruto (PIB) brasileiro cresça ao ritmo de 5% ao ano, como proposto pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Investimentos

Segundo Mantega, os principais instrumentos para que o PAC faça o Brasil crescer são o aumento dos investimentos privados e públicos e a remoção de obstáculos que impedem essa realização. Ele destacou que o país está preparado para enfrentar turbulências internacionais, uma vez que possui economia fundamentada, estabilidade monetária confortável, inflação próxima de 4% e equilíbrio fiscal nas contas públicas. Com isso, observou, pode ousar em direção a um crescimento mais vigoroso.

Conforme salientou, o país precisa reduzir os custos financeiros,

tributário e de infra-estrutura, e para isso, destacou, o governo tem procurado liberar crédito mais barato para o investimento das empresas.

– Temos que remover obstáculos que dificultam o investimento na infra-estrutura, melhorar os marcos regulatórios, agilizar as licenças ambientais e outras reformas nesse sentido – disse.

O ministro informou que a taxa média Selic esperada para este ano deverá ficar em torno de 12,2%. Essa expectativa, frisou, representa uma taxa conservadora. Para ele, o superávit primário ficará, na pior das hipóteses, em 3,75%. De acordo com Mantega, as variáveis econômicas são satisfatórias, a relação PIB/dívida está caindo e o Brasil daqui a quatro anos terá condições bem mais favoráveis.

Mercadante pede atenção para a política cambial

O Programa de Aceleração do Crescimento está na direção certa, pois estabelece prioridades, abre o debate e gera novo padrão de investimento público. A opinião é do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e um dos autores do requerimento para a realização da audiência sobre o PAC. Mas o parlamentar frisou que não haverá crescimento de 5% da economia, como o previsto, se não houver mudança na política monetária.

– O governo precisa estar atento à questão do câmbio – ponderou.

Mercadante pediu ainda mudanças no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para que passe a financiar programas de ampliação do acesso à informática, gerando resultados de “grande alcance social”.

Marconi: PAC não inclui reformas e agronegócio

Para Marconi Perillo (PSDB-GO), presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), há temas fundamentais que não foram contemplados pelo Programa de Aceleração do Crescimento. Como exemplos ele citou as reformas estruturais, o agronegócio, a política macroeconômica e a redução de gastos do governo.

– Esses itens não estão no PAC e, se não forem abordados, poderemos repetir o que ocorreu nos últimos anos, quando o país registrou um dos piores índices de crescimento econômico da América Latina – disse.

Um dos autores de requerimento para realização da audiência conjunta da CI e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com os ministros, Marconi destacou o mérito do governo federal em “abrir a discussão sobre o pacote”.



Audiência conjunta das comissões de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos reuniu grande número de senadores em debate com ministros

Risco de falta de energia preocupa parlamentares

Durante o debate com os ministros, os parlamentares alertaram para a existência de gargalos que poderão comprometer a implementação do PAC, como uma possível falta de energia nos próximos anos. Para Marconi Perillo (PSDB-GO), limitações nessa área tiram a competitividade de setores básicos, como o agronegócio.

O risco de crise no setor energético também preocupa Wellington Salgado (PMDB-MG), Kátia Abreu (PFL-TO) e Eliseu Resende (PFL-MG). A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, tentou tranquilizar os parlamentares, garantindo que a

energia oferecida “será suficiente até 2010”. Ela disse que o governo aperfeiçoou os mecanismos de previsão no setor, “no sentido de assegurar a energia real, e não aquela colocada no papel”. Destacou a taxa de crescimento de 7% ao ano registrada nos investimentos em energia – incluindo a construção de novas hidrelétricas –, informando ainda que, para atender à demanda das regiões Sudeste e Sul, as maiores consumidoras, foram ampliadas as linhas de transmissão.

Em defesa do PAC, o senador Sibá Machado (PT-AC) disse que o programa busca o crescimento

sustentável com equilíbrio fiscal. Já Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou o uso de recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para financiar obras de infra-estrutura. Segundo ele, num eventual fracasso do programa, quem sairia perdendo seriam os trabalhadores.

Mantega, em resposta, informou que os trabalhadores não sairão em desvantagem, uma vez que a aplicação será corrigida em 3% ao ano, acrescida da taxa referencial de juros – usada, entre outras coisas, nos reajustes das prestações dos contratos imobiliários.



Lúcia Vânia: investimentos no Centro-Oeste e reformas ficaram sem resposta

Para Lúcia Vânia, faltou consistência nas explicações dos ministros sobre o PAC

A líder do bloco da Minoria no Senado, Lúcia Vânia (PSDB-GO), não considerou satisfatória a audiência pública realizada ontem com os ministros da Casa Civil, Dilma Rousseff; da Fazenda, Guido Mantega; e do Planejamento, Paulo Bernardo, para debater o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ela afirmou que, “apesar do

clima de otimismo com que eles procuraram nos brindar, faltou consistência na exposição no que se refere aos investimentos a serem realizados nos próximos anos”.

Além disso, várias questões, observou a senadora, ficaram sem resposta, como as que se referem aos investimentos na região Centro-Oeste, às reformas trabalhista

e da Previdência, às agências reguladoras e às superintendências de desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste.

Lúcia Vânia defendeu ainda a votação dos vetos do presidente da República a matérias aprovadas no Congresso, como é o caso dos projetos de lei que recriam a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

(Sudam) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que tiveram alguns de seus artigos vetados.

CPI do Apagão Aéreo

A senadora manifestou apoio aos deputados da oposição que recorreram ao Supremo Tribunal Federal para instalar na Câmara a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo.

Maciel lamenta morte de deputado

Marco Maciel (PFL-PE) expressou, em seu nome, do partido e da bancada nordestina no Congresso Nacional, voto de pesar pela morte do deputado federal Gerônimo da Adefal (PFL-AL), no último domingo, vítima de pneumonia. Ele lembrou que Gerônimo da Adefal (sigla da Associação de Portadores de Deficiência Física de Alagoas) teve sua vida pública pautada pela defesa de interesses das pessoas com deficiência, sobretudo das mais carentes.

O senador defendeu requerimento, apresentado por ele na legislatura passada, em que pede a instalação de comissão para encaminhar reflexão sobre o bicentenário da Independência do Brasil, a ser comemorado em 2022.

Senadores querem evitar que Lula vete dispositivo da Super-Receita

Preocupação de Virgílio e Dornelles é motivada por declaração do ministro Guido Mantega de que o presidente pode vetar emenda que o Senado incluiu na MP que criou o novo órgão

Os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) manifestaram preocupação com o possível veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Emenda 3 que o Senado incluiu na medida provisória que criou a Super-Receita. O dispositivo impede que fiscais da Receita interpretem uma relação jurídica perfeita entre duas empresas como relação de trabalho, o que só poderia ser feito por meio de decisão judicial.

A preocupação dos senadores foi motivada por declaração concedida à imprensa pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre a possibilidade de o presidente vetar a emenda.

Dornelles ressaltou que o veto não implicará aumento de arrecadação. Ao contrário, poderá provocar maior incerteza entre milhares de autônomos e profissionais liberais do país.

Arthur Virgílio apela ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que, caso o veto se concretize, o mesmo seja colocado imediatamente em votação no Congresso.

– Caso o artigo seja vetado, o governo fica autorizado a desconstituir pessoas jurídicas. Isso, no meu pensar, é intolerável – afirmou.

O projeto que criou a Super-Receita (MP 258/05), oriunda da fusão da Secretaria da Receita Fe-



Célio Azevedo

Veto poderá resultar em maior incerteza para autônomos, afirma Dornelles

deral com a Secretaria da Receita Previdenciária, foi aprovado pelo Senado e depois pela Câmara dos Deputados, que o encaminhou à sanção presidencial.

Mão Santa pede obras no Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) solicitou ao governo federal, em nome da população do Piauí, que finalize uma série de obras inacabadas do estado, como o Porto de Luiz Correa, a estrada de ferro central do Piauí, a Universidade Delta do Piauí e o Hospital Universitário. Para o senador, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) “é pura propaganda”. Em aparte, Mário Couto (PSDB-PA) disse que também há muitas obras inacabadas no Pará.

No dia em que se comemoram os 184 anos da chamada Batalha do Jenipapo, em que piauienses e cearenses enfrentaram o exército português, Mão Santa ainda destacou “a importância do Piauí para a grandeza da nação brasileira”.



Marcia Vaz

Micro e pequenas empresas respondem por 30% do PIB, diz Adelmir Santana

Frente a favor da pequena empresa será lançada hoje

A Frente Parlamentar em Defesa das Micro e Pequenas Empresas será lançada hoje, às 14h, no Salão Nobre do Senado. O anúncio foi feito ontem, em Plenário, pelo senador Adelmir Santana (PFL-DF). Ele ressaltou que o segmento constitui hoje 92% dos estabelecimentos comerciais do Brasil e representa mais de 60% dos empregos gerados no país, sendo responsável por 30% do produto interno bruto (PIB) nacional.

Paralelamente ao evento, será lançado livro sobre a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que entrará em vigor a partir de 1º de julho próximo. A publicação é editada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Seminário internacional discute rumos da Previdência

O senador Paulo Paim (PT-RS) e o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), participaram ontem da abertura do Seminário Internacional Previdência Social, no auditório Nereu Ramos, da Câmara. Eles declararam apoio ao evento, que tem como objetivo o debate da questão previdenciária em prol do fortalecimento do Estado, da Previdência Social e do regime previdenciário próprio dos servidores “como pressupostos fundamentais para a manutenção da estrutura do Estado nacional”.

– A Previdência é superavitária e pode dar certo se for administrada de forma compartilhada pelo governo, pelos trabalhadores dos setores público e privado e pelos aposentados – afirmou Paim.

O parlamentar disse considerar um avanço o entendimento que há no governo sobre a separação entre gasto previdenciário e gasto assistencial, que joga por terra o mito do déficit de R\$ 50 bilhões da Previdência. Ao contrário, ressaltou, esta seria credora do Estado em R\$ 3 trilhões.

O seminário é promovido pelo Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas do Estado, integrado, entre outras entidades, pelo Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo (Sindilegis).

Saúde de ACM tem melhora progressiva

De acordo com o último boletim médico sobre a situação de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), divulgado às 14h de ontem, o quadro clínico do senador permanece estável e “com melhora progressiva”. Na manhã da segunda-feira, ele deixou a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), mas permanece internado no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas (Incor), em São Paulo.

Diabético e cardíaco, Antonio Carlos, 79 anos, foi hospitalizado há uma semana para tratamento de uma pneumonia. O boletim afirma ainda que permanecem estabilizados “seus parâmetros cardíacos e hemodinâmicos”, o quadro respiratório e a função renal do senador.

João Ribeiro lê nota de seu partido

O Partido da República classificou de “inverídica e caluniosa” a acusação feita pelo deputado Márcio Junqueira (PFL-RR) de que o senador Alfredo Nascimento (PR-AM) teria oferecido verbas e cargos para convencê-lo a trocar o PFL pelo PR. Na nota, lida ontem por João Ribeiro (PR-TO), o partido comunica que solicitará uma investigação à corregedoria da Câmara.

As declarações do deputado foram publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo. A nota explica que Alfredo foi procurado pelo deputado, que manifestou o desejo de ingressar no PR, e Alfredo encaminhou o pedido ao líder na Câmara, Luciano de Castro (RR), que lhe comunicou a recusa.



Flexa Ribeiro saúda Raimundo Carreiro, novo ministro do TCU que toma posse hoje

Flexa Ribeiro defende esforço pelo êxito do PAC

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) saudou Raimundo Carreiro, secretário-geral da Mesa do Senado, função que exerceu durante 12 anos, pela sua indicação para ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), cargo no qual será empossado hoje. Em seguida, o parlamentar destacou a importância para o país e a necessidade de o Congresso se empenhar no êxito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O senador também comentou a audiência pública conjunta realizada ontem pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) sobre o PAC. Em relação às obras previstas no plano para o Pará, ele demonstrou satisfação ao saber que 90% da geração de energia hídrica em fase de estudo econômico e ambiental esteja localizada no estado.

Mão Santa lê carta de despedida de Raimundo Carreiro

Mão Santa (PMDB-PI) leu da tribuna carta de despedida do secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, que, depois de 39 anos de atividade e 12 anos como secretário-geral, despede-se do cargo para assumir uma vaga de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

Aprovado em votações no Senado e na Câmara, Carreiro ocupará a vaga deixada pelo ministro Iram de Almeida Saraiva, aposentado desde 2003. A sua posse ocorrerá hoje, às 15h, na sede do TCU, e contará com a presença de vários senadores.

“Neste momento em que deixo os quadros do Senado, quero consignar meus agradecimentos a todas as senhoras e senhores senadores que, durante o período em que servi como secretário-geral da Mesa, me distinguiram com seu convívio cordial e atencioso”, diz Carreiro na carta.

Collor é eleito vice-presidente de colegiado sobre mudanças climáticas, e Renato Casagrande será o relator. Presidência ficou com o deputado Eduardo Gomes

Comissão mista vai discutir políticas públicas sobre clima

Durante a primeira reunião da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, realizada ontem, parlamentares elegeram o deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) como presidente e o senador Fernando Collor (PTB-AL) como vice-presidente do colegiado. O senador Renato Casagrande (PSB-ES) foi escolhido relator.

O primeiro requerimento aprovado, de autoria de Collor, sugere ao governo federal a realização, em 2012, no Rio de Janeiro, da 3ª Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio+20), nos mesmos moldes da conferência Rio-92, ocorrida na capital carioca em 1992.

Também foi aprovada sugestão do deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) para que a comissão seja integrada por 11 deputados e 11 senadores, em vez de sete membros de cada Casa. Bala Rocha argumentou que o aumento do número de integrantes tem o objetivo de incluir no colegiado mais deputados de estados participantes da região amazônica e também mais senadoras ou deputadas. A escolha dos novos membros será feita pelos presidentes da Câmara e do Senado nos próximos dias.

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), que participou do início da reunião, destacou que a comissão nasceu em virtude da sensibilidade dos parlamentares para o tema do aquecimento global, que está colocando em



Casagrande (E), Eduardo Gomes, Collor e Sarney Filho na primeira reunião do colegiado

risco toda a Humanidade. Um dos desastres que as mudanças climáticas podem ocasionar, disse ele, é o completo desaparecimento da Mata Atlântica brasileira.

Debates

Ao assumir a presidência dos trabalhos, Eduardo Gomes afirmou que a comissão realizará debates para ajudar na adoção de políticas públicas relativas ao clima, após a análise das várias iniciativas legislativas que já tramitam nas duas Casas. O deputado ressaltou que a discussão sobre as mudanças climáticas precisa ser realizada sob diferentes perspectivas, além da ambiental. “Os aspectos sociais e econômicos do problema também serão analisados”, assinalou.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) adiantou que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, será convidada para debater questões ambientais na comissão. O senador Delcídio Amaral (PT-

MS) observou que o problema ambiental será uma das pautas mais importantes do Congresso Nacional nos próximos anos. O deputado Sarney Filho (PV-MA) afirmou que a grande questão mundial atualmente é o aquecimento global.

Na próxima terça-feira, será definida a agenda de trabalho da comissão, a partir de proposta do relator. Para Casagrande, o objetivo do novo órgão é sustentar e manter tais debates na sociedade, promover o aperfeiçoamento da legislação ambiental e acompanhar tanto as ações do Poder Executivo quanto as discussões internacionais sobre esses temas.

A comissão foi criada por ato conjunto dos presidentes das duas Casas do Congresso e destina-se a monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. O colegiado tem prazo de funcionamento até 22 de dezembro deste ano.

Demostenes assume presidência da Subcomissão de Cinema

A regionalização da produção de programas de televisão e a discussão de uma lei geral do teatro estarão entre as prioridades do novo presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, Demostenes Torres (PFL-GO), eleito ontem, por unanimidade. A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ocupará a vice-presidência do colegiado.

– Espero ter o mesmo êxito de meu antecessor [o então senador e atual governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral]. E, se Deus

quiser, também o mesmo destino e me eleger governador – disse Demostenes, em tom de brincadeira, ao assumir a presidência da subcomissão, que é ligada à Comissão de Educação (CE).

Já Marisa Serrano lembrou sua ligação com a área cultural durante o tempo em que foi deputada federal e anunciou a intenção de incluir as artes plásticas entre os temas a serem tratados pela subcomissão.

Ao cumprimentar os dois eleitos, Paulo Paim (PT-RS) pediu atenção para os donos de pe-



Demostenes: regionalização da produção de TV e lei geral para o teatro são prioridades

quenos cinemas do interior, que estariam com dificuldades de manter suas empresas em funcionamento. O senador ressaltou a importância do cinema na formação dos jovens, especialmente nas menores cidades do país.

Paim destaca apoio ao projeto do Fundep

Paulo Paim (PT-RS) ressaltou ontem o apoio dado pelos centros familiares de formação e alternância (Cef-fas) a projeto de sua autoria (PLS 274/03) que institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep). Ele recebeu a instituição na última semana.

O senador apontou muitos pontos de convergência entre os objetivos do Fundep e os Cef-fas, e deu especial atenção à necessidade de qualificação e permanência do jovem no campo, para que este possa atender à vocação econômica das comunidades locais.

Borges: Irmã Dulce deve ser canonizada

Ao registrar que ontem a Bahia homenageou Irmã Dulce, recordando o 15º aniversário de sua morte, o senador César Borges (PFL-BA) manifestou sua esperança de que a Igreja Católica reconheça o trabalho desenvolvido pela religiosa e que ela possa se tornar a primeira santa nascida no Brasil.

O senador destacou ainda que a data de 13 de março transformou-se, na Bahia, no dia estadual da caridade, em virtude do trabalho feito por Irmã Dulce. Ele acrescentou que o próprio papa João Paulo II a visitou nas duas vezes em que esteve no Brasil.

Virgílio comemora TV Senado em Manaus

Arthur Virgílio (PSDB-AM) comemorou a implantação do canal aberto da TV Senado em Manaus, no Amazonas. Ele disse que o fato só se tornou possível graças à visão avançada do ex-presidente do Senado José Sarney (PMDB-AP), que criou os serviços de comunicação do Senado, e do atual presidente, Renan Calheiros.

Para Virgílio, a emissora, ao fazer chegar ao vivo aos telespectadores as sessões plenárias e as reuniões de comissões do Senado, irá mostrar também que a Casa é o grande foro de defesa da Amazônia.

Após a sessão de homenagem, foi aberta uma exposição sobre o Proantar e lançado o selo comemorativo do 4º Ano Polar Internacional

Senado homenageia 25 anos de programa na Antártica

O Senado prestou ontem uma homenagem aos 25 anos do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), que busca promover a realização de pesquisas científicas e tecnológicas na Antártica com a finalidade de compreender os fenômenos que tenham repercussão global ou sobre o território brasileiro. A solenidade foi acompanhada da Estação Antártica Comandante Ferraz, por meio de teleconferência. O presidente da Casa, Renan Calheiros, abriu a sessão afirmando que o programa é “a resposta cabal e definitiva na afirmação da capacidade” do país. Participam do Proantar o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (Conapa), o CNPq, os ministérios da Defesa (por meio da Marinha e da Aeronáutica), do Meio Ambiente, das Relações Exteriores, de Minas e Energia e da Educação.

Coincide com a passagem dos 25 anos da presença brasileira na Antártica o Ano Polar Internacional 2007/2008, organizado pelo Conselho Internacional de União Científica e pela Organização Meteorológica Mundial.

Após a homenagem no Plenário, Renan abriu uma exposição de fotografias sobre o Proantar na Senado Galeria e lançou o selo comemorativo do IV Ano Polar Internacional na presença do comandante da Marinha, Júlio Soares de Moura Neto; do ministro das Comunicações, Hélio Costa; e do presidente dos Correios, Carlos Henrique Custódio. A mostra está aberta à visitação até o dia 28 de março. O selo comemorativo traz a imagem do navio brasileiro oceanográfico Ary Rongel, a logomarca do Ano Polar e a figura de um pinguim imperador.

Romeu Tuma



Destaque ao trabalho da Marinha e da FAB

Romeu Tuma (PFL-SP) exaltou o trabalho da Marinha e da Força Aérea Brasileira (FAB) no apoio ao Programa Antártico Brasileiro. De acordo com o senador, os militares são fundamentais no apoio, no transporte e na garantia de infraestrutura e de segurança para os cientistas lotados no continente gelado.

Tuma defendeu a abertura de novos cursos universitários de oceanografia no Brasil. Atualmente, o único curso é sediado no Rio Grande do Sul.

Patrícia Saboya



Mais recursos para estação de pesquisas

Ao relatar sua viagem à estação de pesquisas do Brasil na Antártica, em janeiro, Patrícia Saboya (PSB-CE) ressaltou a importância das pesquisas científicas desenvolvidas pelo Proantar, especialmente no campo das ciências atmosféricas, relacionadas à redução da camada de ozônio e ao efeito estufa.

A senadora alertou ainda para a necessidade de garantir recursos orçamentários para obras de revitalização da Estação Antártica Comandante Ferraz.

Sérgio Zambiasi



Proantar supera desafios pelo bem da Humanidade

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) lembrou a visita que fez à Estação Antártica Comandante Ferraz, em janeiro, e como conheceu “o desafio de pesquisar sem destruir, em benefício da Humanidade”.

O senador observou que, em 1959, 13 países firmaram o Tratado da Antártica, que garante aquele continente ser explorado unicamente para fins pacíficos.

– Em 1975, o Brasil passou a fazer parte do tratado, constituindo o Proantar – assinalou.

Renan Calheiros



“Uma história de sacrifício e dedicação”

“Uma história de sacrifício, de dedicação, de desprendimento e de ousadia.” Assim o presidente do Senado, Renan Calheiros, definiu o Proantar no discurso que abriu a sessão de homenagem aos 25 anos do programa.

Ele salientou que o Brasil sediará a 18ª Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-Americanos e que a Estação Antártica Comandante Ferraz está sendo revitalizada.

Leomar Quintanilha



Programa é um marco na história científica do país

A importância das pesquisas do Proantar, “marco na história científica do país”, neste momento em que o mundo se preocupa com a elevação da temperatura no planeta, foi ressaltada por Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

Ele lembrou que a Antártica tem um papel essencial nos sistemas naturais da Terra, uma vez que as ocorrências registradas na região guardam estreita relação com as mudanças climáticas no Brasil e no mundo.

César Borges



Liberação de verbas enfrenta resistência

César Borges (PFL-BA) pleiteou a alocação de mais recursos financeiros para o Proantar.

– O orçamento do programa tem sido magérrimo e oscilado em torno de R\$ 10 milhões por ano: risível se comparado ao apoio que outros países dão às pesquisas no continente. São heróis os cientistas que lá estão, e também o são os servidores que enfrentam resistências políticas para brigar por verbas para manter o programa vivo – disse.

Sibá Machado



Pesquisa é direcionada ao meio ambiente

O senador Sibá Machado (PT-AC) fez um relato de sua participação na missão oficial do Senado que viajou à Antártica em fevereiro.

– Nossa estação é uma das mais aparelhadas, e é procurada pelos mais diversos países que lá também têm suas bases – afirmou.

Sibá disse ainda ter ficado impressionado com o cuidado em relação ao meio ambiente demonstrado pelos pesquisadores brasileiros.

Eduardo Azeredo

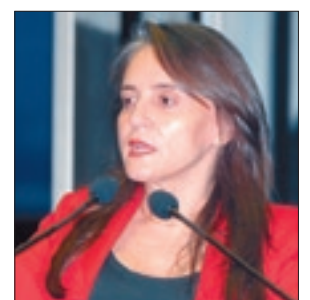


Contribuição para preservar o continente

Ao homenagear o Programa Antártico Brasileiro, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) opinou que o Brasil deve manter permanentemente o esforço visando contribuir para a preservação do continente antártico.

Ele ressaltou que a cada dia cresce a importância do trabalho lá desenvolvido em conjunto por vários países, “e que é fundamental para evitar danos que podem ocorrer em virtude do degelo da calota polar”.

Serys Shlessarenko



Apelo por mulheres na Escola Naval

Serys Shlessarenko (PT-MT) também saudou os 25 anos do Proantar, o qual visitou em julho de 2003. Após apontar as dificuldades dos pesquisadores brasileiros para trabalhar na região, defendeu a garantia de recursos orçamentários suficientes para a manutenção do programa.

A senadora aproveitou para reivindicar o ingresso de mulheres na Escola Naval, exigência para se chegar ao topo da carreira na Marinha.